

Fortaleza, 30 de abril de 2026.

À
Central de Licitações
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS
(193002)

Ref.: Pregão Eletrônico nº N° 90001/2026; Processo nº 59400.002928/2025-25

Assunto: Comprovação de exequibilidade da proposta

CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.468.050/0001-47, com sede na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº 515, Bairro: Engenheiro Luciano Cavalcante, Cidade: Fortaleza, CEP: 60.810-700, vem, mui respeitosamente perante este Ilustrado Órgão, por intermédio do presente ofício, comprovar a exequibilidade da proposta ofertada, nos seguintes termos:

A DNOCS publicou o edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, cujo objeto é Contratação de serviço terceirizado, de forma contínua, relacionados com as atividades de Apoio Administrativo, Recepcionista e Copeira, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Após a realização da fase de lances, a empresa foi convocada para apresentar sua proposta ajustada e a devida comprovação de exequibilidade para o pregão. Dessa forma, segue a planilha ajustada em anexo, com valor global de R\$ 2.406.076,15 (dois milhões quatrocentos e seis mil, setenta e seis reais e quinze centavos), valor igual ao lance final ofertado pela empresa.

A grande maioria dos custos da planilha foram retirados diretamente da CCT CE000086/2025 da categoria, espelhando exatamente o que já constava na planilha modelo do edital.

Quanto aos encargos sociais, a empresa manteve todas as cotações do edital, com exceção do submódulo 2.2, quanto a “SAT”, **no qual alterou o importe de 3% para 1,94%, cuja redução se deu em virtude do RATxFAP da licitante, que é de 1,94%**, conforme documentação atualizada da empresa em anexo.

No que diz respeito aos tributos da planilha, a empresa cotou o percentual de 0,15% para o COFINS e 0,03% para o PIS, além do ISS no importe de 5,00%.

Sabidamente, para as empresas do regime tributário do lucro real, as alíquotas cheias do PIS e da COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

Contudo, a legislação vigente, através das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, autoriza expressamente que as empresas possam reduzir a carga tributária por meio da sistemática de creditamento. Assim, é plenamente possível à licitante cotar suas alíquotas reais dos tributos, já que o próprio edital autoriza que a empresa cote a sua planilha de preços de acordo com a sua realidade tributária:

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

Nesse sentido, conforme itens 6.5.1 do edital, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. Desse modo, nos termos da documentação contábil anexada à proposta, o recolhimento médio da empresa foi no percentual de 0,15% para o COFINS e 0,03% para o PIS:

Diante disso, a empresa reúne ainda cópias das suas EFD-Contribuições, de modo a comprovar que, de fato, está recolhendo os tributos com base nos referidos percentuais de 0,15% para o COFINS e 0,03% para o PIS.

Por fim, **a empresa cotou o somatório dos Custos Indiretos (0,00%) e Lucro (0,00%) no montante de 0,00%.** Assim, para fins de demonstração da exequibilidade do percentual proposto, a empresa vem anexar diversos outros contratos que executa/executou normalmente, com base em percentual inferior ao ora cotado, em antecipação ao item 8.13 do edital:

8.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

Nessa toada em demonstração ao item 8.13, segue em anexo toda a listagem abaixo de contratos executados em patamar inferior ao ora cotado, com a indicação da numeração, órgão contratante e taxa de administração praticada:

- 1) Contrato nº 001/2019 – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - -2,00%;
- 2) Contrato nº 13/2019 - Instituto de Pesos e Medidas da Prefeitura de Fortaleza - -2,00%;
- 3) Contrato nº 11/2019 – SEPOG – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza - -2,00%;
- 4) Contrato nº 27/2020 – SEPOG – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza - -2,00%;
- 5) Contrato nº 29/2020 – SEPOG – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza - -2,00%;
- 6) Contrato nº 34/2020 – SEPOG – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza - -2,00%;
- 7) Contrato nº 148/2021 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 8) Contrato nº 05/2024 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 9) Contrato nº 82/2024 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 10) Contrato nº 66/2025 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 11) Contrato nº 80/2025 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 12) Contrato nº 14/2025 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 13) Contrato nº 73/2023 - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE - -2,00%;
- 14) Contrato nº 02/2024 - COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - -2,00%;
- 15) Contrato nº 03/2024 - COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - -2,00%;
- 16) Contrato nº 10/2025 – ZPE CEARÁ - Zona de Processamento de Exportação do Estado do Ceará - -2,00%
- 17) Contrato nº 03/2022 – Câmara Municipal de Fortaleza - -2,00%;
- 18) Contrato nº 02/2022 - SSPDS/CE - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - -2,00%;
- 19) Contrato nº 42/2022 - SSPDS/CE - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - -2,00%;

20) Contrato nº 50/2023 – SEFAZ/CE – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - -
2,00%;

**Frise-se que em todos os contratos é praticada a taxa de administração de -
2,00%, percentual semelhante ao ora atribuído a título de Lucro e Custos
Indiretos.**

Assim, é absolutamente indiscutível que todos os valores propostos pela empresa estão em pleno acordo com a realidade de mercado, além de estarem em consonância com a ampla experiência operacional da licitante, que já executou diversos contratos em patamares inferior aos cotados em sua proposta.

Diante do exposto, roga que seja acatada a demonstração de exequibilidade para a proposta ofertada pela empresa, declarando-a como vencedora do Pregão Eletrônico nº 90001/2026.

MARINALVA LIMA PEREIRA
GERENTE COMERCIAL
CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ/MF sob o n.º 07.468.050/0001-47